



Diário Oficial do Município

Lei Nº. 006 de 22 de junho de 2005

ADMINISTRAÇÃO PREFEITO CONSTITUCIONAL FABIO ROLIM PEIXOTO

ANO XVIII – CALDAS BRANDÃO – PB – TERÇA FEIRA, 02 DE JULHO DE 2024.

PODER EXECUTIVO



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS BRANDÃO
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 075/2024

ESTABELECE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO RELATIVO AO EXERCÍCIO DE “2025” E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º - Esta Lei estabelece as **Diretrizes Orçamentárias** para o **Exercício 2025**, obedecendo ao disposto no artigo 165, § 2º da Constituição Federal e no artigo 4º da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, destacando:

- I* – Os *Objetivos Gerais da Administração*;
- II* – A *Organização do Orçamento*;
- III* – A *Receita Prevista*;
- IV* – A *Despesa Fixada*;
- V* – As *Despesas com Pessoal e Encargos*;
- VI* – Os *dispositivos relativos à Dívida Municipal*;
- VII* – Os *Programas de Trabalho do Governo*;
- VIII* – *Disposições Finais*.

I – DOS OBJETIVOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 2º - As ações financiadas com recursos do orçamento de que trata a presente Lei, deverão buscar, prioritariamente, os seguintes objetivos:

- I* – *Diminuição da mortalidade infantil, mediante execução de ações básicas de saúde e de saneamento*;
- II* – *Combate à pobreza e à exclusão social*;
- III* – *Melhoria dos serviços prestados à população com atenção especial as áreas de educação e saúde*;
- IV* – *Melhoria das condições de moradia da população de baixa renda*;
- V* – *Plena oferta de vagas na rede de ensino municipal*;
- VI* – *Melhoria da infraestrutura básica do município e preservação do meio ambiente*;
- VII* – *Incentivo a geração de renda e erradicação de trabalho infantil*;
- VIII* – *Oferta de educação pré-escolar para todas*

as crianças de famílias de baixa renda;
– Execução de ações voltadas para a preservação da cultura.

Parágrafo Único: O município buscará o apoio de outros entes governamentais com o fim de implementar as ações voltadas para os objetivos estabelecidos neste artigo.

II – DA ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 3º - Para fins previstos nesta Lei compreende-se por:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA – cada um dos órgãos aos quais serão consignados os créditos orçamentários e as dotações respectivas para execução de seus programas de trabalho;

PROGRAMA – instrumentos através do qual são definidos os objetivos finais da ação governamental;

PROJETO – instrumento de programação para alcançar os objetivos finais de um programa envolvendo um conjunto de ações desenvolvidas de forma limitada no tempo, das quais resultarão a expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental;

ATIVIDADE – instrumento de programação para alcançar os objetivos finais de um programa envolvendo um conjunto de ações que se desenvolvem de modo contínuo e permanente, necessárias à manutenção da ação governamental;

OPERAÇÃO ESPECIAL – gastos que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto final e nem contraprestação direta em bens ou serviços.

Parágrafo Único – Cada programa de trabalho deverá corresponder a um código numérico que o identifique quanto a função, sub- função, programa, projeto, atividade e/ou operação especial a que estiver vinculado, enquanto que o código da natureza da despesa deverá evidenciar a categoria econômica, grupo de despesa, modalidade de aplicação, elemento de despesa e ainda a fonte de financiamento.

Art. 4º - A proposta orçamentária a ser encaminhada, deverá obedecer as disposições contidas no artigo 22 da Lei 4.320 de 17 de março de 1964, constando também as prioridades e as metas físicas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2025, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal e as do funcionamento dos órgãos e entidades que integram os orçamento fiscal e da seguridade social, correspondem, para o Poder Executivo aquelas definidas para os programas estruturantes e outros

“PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS BRANDÃO COMPROMISSO COM O DESENVOLVIMENTO”



Diário Oficial do Município

Lei Nº. 006 de 22 de junho de 2005

ADMINISTRAÇÃO PREFEITO CONSTITUCIONAL FABIO ROLIM PEIXOTO

ANO XVIII – CALDAS BRANDÃO – PB – TERÇA FEIRA, 02 DE JULHO DE 2024.

deles decorrentes contemplados no Plano Plurianual 2022-2025, e em suas revisões, as quais terão precedência na alocação dos recursos no Projeto e na Lei Orçamentária de 2025, não se constituindo, todavia, em limite a programação da despesa.

Parágrafo Único – O anexo de Metas será o definido no ANEXO II desta Lei que passará a integrar a LDO de 2025.

III – DA RECEITA PREVISTA

Art. 5º - A previsão da receita tributária não poderá ser inferior a 1% (um por cento) da receita total, exclusive as transferências de convênios com finalidades previamente estabelecidas.

Art. 6º - As Receitas de Transferências Constitucionais da União e do Estado, em favor do Município, serão estimadas com base em informações fornecidas pelos órgãos governamentais competentes.

Art. 7º - O Orçamento Municipal deverá consignar como receitas orçamentárias, todos os recursos recebidos pelo Município, inclusive os provenientes de transferências que lhe venham a ser feitas por outras pessoas de direito público ou privado, quer sejam relativas a Convênios, Contratos, Acordos, Auxílios, Subvenções ou Doações, excluídas apenas aquelas de natureza Extra-Orçamentária cujo produto não tenha como destinação o atendimento as Despesas Públicas Municipais.

IV – DA DESPESA FIXADA

Art. 8º - A fixação da despesa levará em conta critérios que atendem a exatidão bem como os objetivos, prioridades e metas estabelecidas por esta Lei.

Art. 9º - A despesa total do Poder Legislativo, em relação ao orçamento, obedecerá ao disposto no artigo 29 A, Inciso I e § 1º da Constituição Federal e demais legislações pertinentes.

Art. 10º - A Lei de orçamento, conterà autorização para abertura de créditos suplementares destinado ao reforço de dotações, remanejamento e transferência de recursos, limitada a 50% (cinquenta por cento) da despesa fixada.

- a) Atender insuficiência nas dotações orçamentárias, utilizando como Fonte de Recursos as disponibilidades caracterizadas no § 1º do art. 43 da Lei Federal no.4.320 de 17 de abril de 1964.
- b) Fica autorizado o Gestor a realizar transposição, remanejamento ou transferência em recursos do Orçamento, de uma categoria de Programação para outra ou de um órgão para outro, para atender as necessidades do município até o limite estabelecido no Caput deste artigo.

Art. 11º - A transferência de recursos, destinada ao custeio de serviços de responsabilidade de outros entes da federação, somente será objeto de inclusão no orçamento quando envolver o atendimento a situações

de interesse local, atendidas as disposições contidas no artigo 62, da Lei Complementar 101/2000, e será fixada mediante crédito orçamentário específico.

Art. 12º - Os investimentos de execução superiores a um exercício financeiro, que resultarem em despesas de capital, somente serão contemplados com dotações no orçamento de que trata a presente Lei se integrarem o Plano Plurianual, ou se a inclusão neste, tiver sido legalmente autorizada.

Art. 13º - A Reserva de Contingência será constituída à base de 0,5% (meio por cento) da Receita Corrente Líquida estimada, constará no orçamento como dotação global não previamente destinada a determinado órgão, fundo de despesa, com o fim de cobrir eventualidades fiscais e passivos contingentes e caso não seja necessário a sua utilização, pode ser utilizada para suplementação de créditos suplementares de outras necessidades que se apresentarem a gestão orçamentária.

Art. 14º - As ações resultantes de convênios acordos de cooperação com finalidades específicas, celebrados com outros entes da federação, não previstas no orçamento, serão realizadas mediante abertura de créditos especiais, limitando-se o valor ao montante ajustado.

Parágrafo Único – Os decretos de abertura dos créditos autorizados na forma deste artigo, especificarão os programas de trabalho com seus respectivos códigos e natureza das despesas.

Art. 15º - É vedada a concessão de crédito orçamentário com finalidade ou com dotação imprecisa.

V – DAS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS

Art. 16º - A despesa geral do Município com pessoal, definida na forma do artigo 18 da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000, não poderá exceder a 60% (sessenta por cento) da Receita Corrente Líquida e observada a seguinte distribuição:

I – Poder Executivo	54%
II – Poder Legislativo	6%

Art. 17º - Para os fins previstos nesta Lei, integrarão a Receita Corrente Líquida, todas as receitas correntes, com exclusão das destinadas aos custeios previdenciários e das provenientes de compensação financeira, na forma da Lei nº 9.796 de 05 de maio de 1999.

Art. 18º - Integrarão a despesa com pessoal:

- I – Vencimentos e salários dos servidores ativos;
II – Proventos garantidos aos inativos e pensionistas;

“PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS BRANDÃO COMPROMISSO COM O DESENVOLVIMENTO”



Diário Oficial do Município

Lei Nº. 006 de 22 de junho de 2005

ADMINISTRAÇÃO PREFEITO CONSTITUCIONAL FABIO ROLIM PEIXOTO

ANO XVIII – CALDAS BRANDÃO – PB – TERÇA FEIRA, 02 DE JULHO DE 2024.

III – Encargos sociais a qualquer título;

IV – Gastos com vantagens adicionais, serviços extraordinários e ajudas de custo;

V – Subsídios dos agentes políticos;

VI – Gastos com terceirização de mão-de-obra;

Parágrafo Primeiro – Não serão incluídas no cálculo do limite previsto no artigo anterior:

I – Despesas com indenização trabalhista;

II – Despesas com incentivo à demissão voluntária;

III – Despesas decorrentes do cumprimento de decisão judicial relativa a período anterior ao considerado na apuração;

Art. 19º - Se a despesa com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no artigo 16 desta Lei, a adoção de providências que objetivarem a sua adequação preservará os setores de educação, saúde e assistência social.

Art. 20º - Se os gastos referidos no artigo anterior atingirem o limite com a prudência de que trata o artigo 22 da Lei Complementar 101/2002 a realização de serviços extraordinários ficará restrita apenas aos setores de educação e saúde em casos excepcionais.

Art. 21º - Para os fins de atendimento ao disposto no artigo 169, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estruturas de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, observado o disposto no artigo 71 da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000.

VI – DOS DISPOSITIVOS RELATIVOS À DÍVIDA MUNICIPAL

Art. 22º - O orçamento conterá dotações específicas destinadas a atender ao pagamento decorrente de amortização de débitos resultantes de parcelamentos de encargos previdenciários e de outras dívidas patronais, inclusive precatórios expedidos pelo Poder Judiciário.

Art. 23º - A Lei de Orçamento poderá autorizar a contratação de operações de crédito por Antecipação de Receita Orçamentária – ARO – respeitando o disposto no artigo 38 da Lei Complementar 101/2000.

VII – DOS PROGRAMAS DE TRABALHO

Art. 24º - O orçamento de que trata a presente Lei, contemplará com alocação de recursos, prioritariamente, todas as atividades constantes no vigente orçamento e, obrigatoriamente, todos os projetos previstos para 2025, que integrarão o Plano Plurianual para o quadriênio 2022/2025, ressalvados aqueles que vierem a sofrer supressões por força de disposição legal, estando autorizado a constar todos os programas legalmente instituídos.

Parágrafo Único – Poderão ser incluídos no orçamento, independentemente de previsão plurianual específica, dotações para o financiamento de programas conveniados com outras esferas de governo, cuja contrapartida municipal seja inferior a 30% (trinta por cento) do valor ajustado.

VIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25º - O Poder Executivo poderá promover limitação de empenhos e/ou propor alteração na legislação tributária, sempre que houver risco de comprometimento do equilíbrio fiscal.

Art. 26º - Até 30 dias após a publicação do orçamento o Poder Executivo elaborará a Programação Financeira de Desembolso, por função de governo, para todas as unidades orçamentárias e estabelecerá as Metas Bimestrais de Arrecadação segundo as fontes e sub-fontes de receita, mantendo o equilíbrio entre receita e despesa.

Art. 27º - Até o dia 31 de agosto a Câmara Municipal encaminhará a sua proposta parcial de orçamento para inclusão na Proposta Geral que lhe será remetida até o dia 30 de setembro.

Art. 28º - As emendas substanciais a proposta de orçamento, deverão ser acompanhadas de exposição justificativa e acompanhada de demonstrativo com indicação detalhada dos programas de trabalho inseridos e dos que deverão servir de fonte compensatória.

Parágrafo Único – Nenhuma emenda será aprovada se estiver em desacordo com as disposições previstas no Caput deste artigo.

Art. 29º - Nenhuma alteração que implique em aumento da despesa poderá ser feita na proposta Orçamentária sem indicação de fonte de recursos correspondente.

“PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS BRANDÃO COMPROMISSO COM O DESENVOLVIMENTO”



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS BRANDÃO

Diário Oficial do Município

Lei Nº. 006 de 22 de junho de 2005

ADMINISTRAÇÃO PREFEITO CONSTITUCIONAL FABIO ROLIM PEIXOTO

ANO XVIII – CALDAS BRANDÃO – PB – TERÇA FEIRA, 02 DE JULHO DE 2024.

Art. 30º - A Câmara Municipal somente poderá entrar em regime de recesso parlamentar após a votação da Proposta Orçamentária.

Art. 31º - Os Créditos Suplementares abertos com a cobertura de recursos colocados à disposição do Município pela União e/ou pelo Estado com destinação específica, não serão incluídos no limite autorizado na Lei de Orçamento.

Art. 32º - As pessoas jurídicas beneficiadas com subvenções ou auxílio financeiro concedidos pelo município, ficam obrigadas a prestar contas da aplicação dos recursos na forma estabelecida em regulamento.

Parágrafo Único – O Município somente concederá subvenção ou auxílio financeiro a entidades sem fins lucrativos, reconhecidas de utilidade pública, na forma da Lei, que estejam em situação regular perante os órgãos competentes.

Art. 33º - As dotações destinadas a assistência a população carente, serão consignadas em rubricas apropriadas e beneficiarão, preferencialmente, famílias cuja renda per capita seja inferior a meio salário-mínimo.

Art. 34º - As despesas relativas a programas nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social realizadas em cooperação com outras esferas de governo, serão incluídas de modo específico no orçamento.

Art. 35º - É vedada a redução ou dispensa de tributo, bem como a concessão de parcelamento não prevista em Lei ou Regulamento.

Art. 36º - Se até o último dia do **exercício de 2024** a Câmara Municipal não tiver concluído a votação da Proposta Orçamentária, a mesma entrará em vigor a partir de **1º de janeiro de 2025**, ficando o Poder Executivo autorizado a utilizar mensalmente o equivalente a 1/12 (um doze avos) do montante atualizado de cada dotação, até a conclusão do processo de votação.

Art. 37º - O Poder Executivo poderá promover mediante Decreto, alterações e ajustes na sua estrutura administrativa, objetivando adequar-se à política de ajuste fiscal ora vigente, bem como promover concurso público e processo seletivo simplificado quando se fizer necessário.

Art. 38º - Para os fins previstos no artigo 16, § 3º, da Lei Complementar 101/2000, são considerados irrelevantes despesas com bens e serviços cujo valor não ultrapasse os limites estabelecidos nos incisos I e II do artigo 24 da Lei 8.666/93 e alterações formuladas pela Lei Federal n. 9.648/98.

Art. 39º - Fica autorizado a constar da LOA 2025, previsão de gastos para fomento de desenvolvimento regional em parceria com outros municípios.

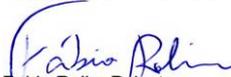
Art. 40º - A metodologia de cálculo utilizada para as receitas e despesas, foram com base nos valores executados no exercício de 2024, com crescimento médio de 15% por exercício, devendo haver o ajuste quando da elaboração da LOA de acordo com os valores executados em 2024 até o mês de junho.

Art. 41º - O repasse do duodécimo do mês de janeiro de 2025 poderá ser feito com base na mesma proporção utilizada no mês de dezembro de 2024, devendo ser ajustada, em fevereiro de 2025, eventual diferença que venha a ser conhecida, para mais ou para menos, quando todos os balanços estiverem publicados e calculados os valores exatos das fontes de receita do exercício anterior, que formam a base de cálculo estabelecida pelo art. 29-A da Constituição da República Federativa do Brasil, para os repasses de fundos ao Poder Legislativo em 2025.

Art. 42º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 43º - Esta Lei vigorará a partir da data de sua publicação.

CALDAS BRANDÃO, 01 de julho de 2024.


Fabio Rolim Peixoto
Prefeito Constitucional

LDO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA EXERCÍCIO DE 2025 MENSAGEM AO PODER LEGISLATIVO
Senhor Presidente,

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS BRANDÃO,**

Estado da Paraíba, submete, por intermédio de Vossa Excelência, à apreciação desta Egrégia Câmara Municipal, o Anexo Projeto de Lei que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício econômico-financeiro de 2025, em cumprimento ao disposto no art. 165, da Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 101, de 04 de maio de 2000) e Lei 4.320/64. Observa-se que o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária em tela está sendo elaborado de acordo com as novas exigências contidas na LRF. Almejando que a matéria seja amplamente examinada e discutida pelos legítimos representantes do povo, cumprimos renovar a essa Egrégia Casa, protestos de elevada estima e consideração.

CALDAS BRANDÃO, 17 de abril de 2024.


Fabio Rolim Peixoto
Prefeito Constitucional


Assinatura do Presidente

RECEBI EM: 05/06/2024

“PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS BRANDÃO COMPROMISSO COM O DESENVOLVIMENTO”

End. Rua José Alípio de Santana, 371 Centro
CEP. 58350.000 - CNPJ nº 08.809.0071/0001 - 41



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS BRANDÃO

Diário Oficial do Município

Lei Nº. 006 de 22 de junho de 2005

ADMINISTRAÇÃO PREFEITO CONSTITUCIONAL FABIO ROLIM PEIXOTO

ANO XVIII – CALDAS BRANDÃO – PB – TERÇA FEIRA, 02 DE JULHO DE 2024.

ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CALDAS BRANDÃO
ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DE PROPOSTAS PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO, DO MUNICÍPIO DE CALDAS BRANDÃO, PARA O EXERCÍCIO DE 2025.

AOS VINTE DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO (20/06/2024), NO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CALDAS BRANDÃO – PB, ÀS 09:30HS DA MANHÃ, REUNIRAM-SE EM AUDIÊNCIA PÚBLICA, PARA FINS DE DISCUSSÃO DA PROPOSTA TÉCNICA DO PROJETO DE LEI QUE DEFINE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO DE CALDAS BRANDÃO/PB (LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA - LDO), PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2025, SOB A COORDENAÇÃO DO PROCURADOR DA CÂMARA MUNICIPAL SENHOR JOSEILTON SILVA SOUZA, COMENDO A MESA O EXMO. SR. PREFEITO FÁBIO ROLIM PEIXOTO, E O EXMO. SR. VEREADOR SEVERINO JUNIOR MARTINS DA SILVA, REPRESENTANDO A CÂMARA MUNICIPAL, A EXMA. SRA. SABRINA DE MOURA ROLIM, SECRETÁRIA DE SAÚDE, EXMA. SRA. MARIA DAS DORES ALVES DA SILVA, SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, EXMO. SR. EDILSON CARNEIRO DE AGUIAR, SECRETÁRIO DE FINANÇAS, E O SR. VALDEY DE MEIRELES MACEDO, TESOUREIRO DA PREFEITURA. INICIALMENTE, O PROCURADOR DA CÂMARA SAUDOU OS MEMBROS DA MESA, BEM COMO AOS DEMAIS PRESENTES. EM SEGUIDA, PASSOU A PALAVRA AO PREFEITO FÁBIO ROLIM PARA PROCEDEER COM A ABETURA DA AUDIÊNCIA, E PARA AS CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A IMPORTÂNCIA DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, E DA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NA ELABORAÇÃO DESTE INSTRUMENTO. LOGO APÓS, FOI APRESENTADA UMA EXPOSIÇÃO SOBRE AS PRIORIDADES E DIRETRIZES A SEREM TRAÇADAS NA ELABORAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO QUE DIRECIONAM OS RECURSOS PÚBLICOS O MUNICÍPIO, E QUAL A FINALIDADE DA LDO PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2025. O PREFEITO FÁBIO DESTACOU A IMPORTÂNCIA DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA DIRECIONAR OS INVESTIMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PARA O PRÓXIMO ANO, SOBRETUDO, NAS ÁREAS DA INFRAESTRUTURA E DA EDUCAÇÃO. DANDO PROSSEGUIMENTO, FOI DEFINIDA A METODOLOGIA QUE SERIA UTILIZADA PARA A COLETA DE PROPOSTAS, ONDE OS PARTICIPANTES FORAM DIVIDIDOS EM GRUPOS, PELA ÁREA DE ATUAÇÃO E INTERESSE DE CADA SEGMENTO. APÓS AS FALAS

DOS MEMBROS DA MESA, AS PROPOSTAS E AÇÕES FORAM APRESENTADAS, SENDO DEFINIDAS AQUELAS QUE DEVERIAM SER PRIORIZADAS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, COM ÊNFASE PARA: EDUCAÇÃO: CONSTRUÇÃO E EQUIPAGEM DE CRECHE MUNICIPAL; CONSTRUÇÃO E OU REFORMA DOS GINÁSIOS ESPORTIVOS; CONSTRUÇÃO E REFORMA DOS ESPAÇO PARA PRÁTICA ESPORTIVA E EDUCACIONAL; AQUISIÇÃO DE VEICULO PARA ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO; MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR; CONSTRUÇÃO, RECUPERAÇÃO, AMPLIAÇÃO E EQUIPAGEM DE UNIDADES ESCOLARES; REGULARIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO D'ÁGUA NAS ESCOLAS. SAÚDE: CONSTRUÇÃO E OU REFORMA DE ACADEMIA DE SAUDE; AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA AS DEMANDAS ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA; AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E REFORMA NA ESTRUTURA DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, IMPLANTAÇÃO DO PCCR DA SAÚDE; REFORMA E AMPLIAÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE; DESCENTRALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA; IMPLANTAÇÃO DO PISO SALARIAL PRA TODOS OS PROFISSIONAIS DA ENFERMAGEM; ASSISTÊNCIA SOCIAL: CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA PESSOA IDOSA; AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA OS PROGRAMAS SOCIAIS; MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TUTELAR; CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES HABITACIONAIS PARA PESSOAS CARENTES; PROGRAMA DE AJUDA AOS BENEFICIÁRIOS DO BOLSA FAMÍLIA. CULTURA, ESPORTE E LAZER: IMPLANTAÇÃO DO CALENDÁRIO ANUAL DE ATIVIDADES CULTURAIS E ESPORTIVAS, IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO AO ESPORTE E LAZER, DINAMIZAR E FOMENTAR O POTENCIAL TURÍSTICO NO MUNICÍPIO, IMPLANTAÇÃO DA AGENDA CULTURAL, REALIZAR E PATROCINAR EVENTOS CULTURAIS E ARTÍSTICOS PARA MOVIMENTAR A ECONOMIA LOCAL, INVESTIMENTOS NO TURISMO ECOLÓGICO, REALIZAÇÃO DO CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL AMADOR 2025. INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA: AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA; AQUISIÇÃO DE TERRENOS PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS E PARA UTILIDADE PÚBLICA; CONSTRUÇÃO, RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES E JARDINS CONSTRUÇÃO, RECUPERAÇÃO E REFORMA DE ESTÁDIOS E CAMPO DE FUTEBOL; MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA MALHA VIÁRIA, CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE BUEIROS, PASSAGENS MOLHADAS, PONTES, VIADUTOS E PONTILHÕES; IMPLANTAÇÃO DO RESTAURANTE POPULAR, PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS.

“PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS BRANDÃO COMPROMISSO COM O DESENVOLVIMENTO”

End. Rua José Alípio de Santana, 371 Centro
CEP. 58350.000 - CNPJ nº 08.809.0071/0001 - 41



Diário Oficial do Município

Lei Nº. 006 de 22 de junho de 2005

ADMINISTRAÇÃO PREFEITO CONSTITUCIONAL FABIO ROLIM PEIXOTO

ANO XVIII – CALDAS BRANDÃO – PB – TERÇA FEIRA, 02 DE JULHO DE 2024.

APÓS A COLETA DAS PROPOSTAS, O PROCURADOR DA CÂMARA, EM NOME DO PRESIDENTE SAULO FILHO, AGRADECEU A PARTICIPAÇÃO DE TODOS, ENCAMINHANDO AS PRIORIDADES AO PODER EXECUTIVO PARA QUE SEJAM INCLUÍDAS NO PROJETO DE LEI DA LDO 2025. APÓS A CONCLUSÃO DOS TRABALHOS, O PREFEITO FÁBIO ROLIM DEU POR ENCERRADA A AUDIÊNCIA PÚBLICA MANDANDO LAVRAR A PRESENTE ATA, QUE DEPOIS DE LIDA E ACHADA CONFORME VAI ASSINADA POR MIM, LINDINÉS NASCIMENTO DE BRITO, SECRETÁRIA "AD HOC" QUE A REDIGI, E PELOS DEMAIS PRESENTES (CONFORME LISTA DE ASSINATURA ABAIXO), PARA QUE SE PRODUZAM TODOS OS EFEITOS LEGAIS. CALDAS BRANDÃO/PB, EM 20 DE JUNHO DE 2024.

SEGUE ANEXA *LISTA DE PRESENÇA

